

**EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 782.629 - PE
(2015/0235274-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : BANDEIRANTES PROPAGANDA EXTERNA LTDA
ADVOGADOS : MANUEL FERREIRA DA SILVEIRA - PE022279
ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA AZEVEDO - PE015618
EMBARGADO : MUNICIPIO DO RECIFE
PROCURADOR : LEONARDO AVELAR DA FONTE E OUTRO(S) - PE021758

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. MERO INCONFORMISMO DA PARTE. NÃO CABIMENTO DOS DECLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO PARTICULAR REJEITADOS.

1. Trata-se de Embargos de Declaração no Recurso Especial opostos pela BANDEIRANTES PROPAGANDA EXTERNA LTDA. contra decisão da minha lavra, cuja ementa abaixo se transcreve:

TRIBUTÁRIO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA E DE EXCESSO NA DETERMINAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL. INTERPRETAÇÃO DE LEI MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. MODIFICAÇÃO DO JULGADO QUE IMPLICARIA REEXAME DE FATOS E PROVAS. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRADO CONHECIDO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECUSO ESPECIAL.

2. Aduz a parte embargante, em síntese, existência de omissão na decisão embargada, posto que, ao contrário dos pressupostos aceitos pela decisão, o Recurso Especial interposto pretende rediscutir, na via especial, a conclusão expressa do acórdão do TJPE de que a coisa julgada da ação principal tinha por objeto a impugnação dos créditos tributários da taxa de publicidade dos anos de 2007 e exercícios subsequentes com base na declaração de inconstitucionalidade incidental da regra matriz tributária da espécie.

Superior Tribunal de Justiça

3. Impugnação apresentada.

4. É o breve relatório.

5. O art. 1.022 do Código Fux - CPC/2015 - (art. 535 do CPC/1973) é peremptório ao prescrever as hipóteses de cabimento dos Embargos de Declaração; trata-se, pois, de recurso de fundamentação vinculada, restrito a situações em que patente a incidência do julgado em obscuridade, contradição ou omissão.

6. Destarte, infere-se que, não obstante pacífica a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do *decisum* em casos justamente nos quais eivado de obscuridade, contradição ou omissão; não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, é dizer, o condão de alterar, livre e substancialmente, o decisório em seu dispositivo, mas aclaratório ou integrativo, daí não sendo seu processamento norteado pelos princípios do contraditório e da igualdade.

7. Com efeito, os Embargos de Declaração não podem ser utilizados com a finalidade de sustentar eventual incorreção do *decisum* hostilizado ou de propiciar novo exame da própria questão de fundo, em ordem a viabilizar, em sede processual inadequada, a desconstituição de ato judicial regularmente proferido.

8. Ressalte-se, por oportuno, que esta Corte admite a atribuição de efeitos infringentes a Embargos de Declaração apenas quando o reconhecimento da existência de eventual omissão, contradição ou obscuridade acarretar, invariavelmente, a modificação do julgado, o que não se verifica na hipótese em tela. A respeito, confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ANISTIA. PORTARIA. EFEITOS RETROATIVOS. PAGAMENTO. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÕES. INEXISTÊNCIA. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. MATÉRIA

Superior Tribunal de Justiça

CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. DESNECESSIDADE.

1. A obtenção de efeitos infringentes, como pretende a embargante, somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do mencionado art. 535, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício; bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado. Precedentes.

2. No caso, inexistente qualquer vício a ser sanado. Da simples leitura do acórdão ora embargado, depreende-se, inequivocamente, que todas as questões apontadas como não enfrentadas foram, clara e explicitamente, abordadas.

3. A solução da controvérsia posta à apreciação desta Superior Tribunal carece da análise dos dispositivos constitucionais apontados pela Embargante, na medida em que se funda exclusivamente na interpretação da legislação infraconstitucional, mormente na Lei 1.533/51 - Lei do Mandado de Segurança e na Lei 10.559/02 - Lei das Anistias.

4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no MS 11.621/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 23.10.2006).

9. Vale ainda esclarecer que apenas excepcionalmente os Aclaratórios podem ser utilizados para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional, hipótese diversa da apresentada nestes autos.

10. Nos presentes Declaratórios a parte embargante afirma existir omissão na decisão embargada, posto que, ao contrário dos pressupostos aceitos pela decisão, o Recurso Especial interposto pretende rediscutir, na via especial, a conclusão expressa do acórdão do TJPE de que a coisa julgada da ação principal tinha por objeto a impugnação dos créditos tributários da taxa de publicidade dos anos de 2007 e exercícios subsequentes com base na declaração de inconstitucionalidade incidental da regra matriz

Superior Tribunal de Justiça

tributária da espécie.

11. Dos próprios argumentos apresentados nos Aclaratórios verifica-se não se tratar de qualquer omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, mas de mera pretensão de reforma do julgado com base no inconformismo da parte com a solução jurídica ali aplicada; pretensão incabível nesta via recursal.

12. Diante dessas considerações, rejeitam-se os Embargos de Declaração regularmente opostos pelo Particular.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR